

WASHINGTON ALBINO, UMA SAUDADE QUE NÃO PASSA

WASHINGTON, A MISSING THAT NEVER GOES ON

ANTÔNIO ÁLVARES DA SILVA*

Hominem agnoscis ex operibus eius (Conhece-se o homem por suas obras);

Hominem frugi omnia recte facere (O Homem honesto faz tudo corretamente). [Cícero, Tusculanae Disputationes 4.16.36].

Minha modesta colaboração a este número da Revista da Faculdade não vai ser jurídica. Já estudo há longos anos a obra do mestre. Cito-a frequentemente nos livros que já escrevi e nos que vou escrever. Ela faz parte essencial de minha formação jurídica.

Desta vez, abro mão de tudo para deixar que a emoção venha à lembrança, nesta misteriosa organização da memória humana, que nos faz lembrar de muita coisa, para nosso sofrimento, exatamente por não podemos revivê-las mais.

Neste número da Revista e mesmo fora dela muitos já examinaram a obra do jurista. Agora quero falar sobre o homem, que se coloca atrás desta grande produção intelectual, já que é ele a medida de tudo, e dar o testemunho de nossa amizade que durou quase 50 anos.

Conheci o professor Washington Albino em 1961, quando comecei meu curso jurídico e com ele mantive fraterna e duradoura amizade até o dia sua morte, no dia 16.6.2011.

Conheci de perto sua vida atribulada, cheia de acontecimentos, uns grandiosos e outros difíceis e sofridos, mas sempre

* Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG.
E-mail: aas.bh@terra.com.br

marcados por sentimento constante e invariável: o amor à Faculdade, o empenho nos estudos sérios, a fecunda criatividade intelectual e o pouco lazer dedicado aos amigos e à fazenda Solidão, o descanso de suas canseiras e o repouso de sua vida em que houve pouco espaço para paz e tranquilidade prolongadas.

Nasceu em Ubá, no dia 26.2.1917, cidade que fazia parte de sua vida, local de referência de sua família e parentes, cheia de casos engraçados sempre lembrados nos momentos de lazer e descontração, que ele gostava de contar com tanta graça e alegria.

Em 1917, a Primeira Guerra mundial já caminhava para o fim. Pacifista convicto e inflexível, fazia referência à data com alegria pois, conforme salientava, não viu as atrocidades da humanidade destruindo a si própria. Mas o destino guardou-lhe o inevitável encontro com Segunda Guerra mundial, cujo começo o encontrou já advogado militante em Ubá.

O destino que lhe evitara a presença da Primeira, reservara-lhe a visão mais atroz da Segunda Guerra, com um ingrediente pior ainda: a presença de Hitler e a ameaça da imposição do nazismo ao mundo.

No intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial foi testemunha da industrialização brasileira acompanhando de perto, como salienta Giovani Clark, toda a era Vargas, com o senso crítico e presença doutrinária, através de suas ideias sobre planejamento e como economista.

Sempre movido pelo sentido patriótico, e com a independência que lhe era peculiar, teve participação na campanha do Petróleo é Nosso, mantra usado por correntes nacionalistas, quando foram descobertas reservas de petróleo na Bahia. Criou-se então o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, que culminou na instituição da Petrobrás.

Fez parte do Partido Comunista Brasileiro – PCB – partido que mais correspondia a seus ideais nacionalistas e renovadores.

De formação marxista, cria firmemente nas ideias de Marx para a construção de um mundo melhor e mais humano.

A exemplo de Hobsbawn, creu nestas ideias até o fim de sua vida, com argumentos muito bem elaborados, brandidos através de sua poderosa dialética. Era um homem coerente e de forte personalidade.

Certa vez, numa discussão com alunos, perguntaram-lhe se o comunismo poderia resolver os problemas da humanidade. Sua resposta foi clara e objetiva: “Não sei. Só posso dizer-lhe uma coisa: Isto que está aí, que nós chamamos por força de expressão de “democracia” resolve? Temos que procurar caminhos diferentes para encontrarmos a solução possível.”

Condenava o “o capitalismo de estado, que chamamos de comunismo” e achava que a evolução da humanidade chegaria automaticamente por evolução natural a um regime político que distribuísse igualmente os bens e conquistas sociais, queseriam de todos, distinguindo-se as pessoas apenas por seus méritos pessoais.

Estas posições políticas e filosóficas custaram-lhe mal-entendidos e algumas perseguições. Falou-se muito na cassação de seus direitos políticos. Na sala dos professores, um catedrático da época chegou a comentar com colegas que a cassação viria nos próximos dias.

Diante da realidade, preparar-se para o fato: venderia tudo que possuía no Brasil e mudaria para a França definitivamente.

Porém a violência política descarregou-se sobre outros professores: Ruy de Souza, Lourival Vilella Viana, Gérson Boson, que eram homens de centro e nunca tiveram o marxismo como objeto de seus ideários políticos.

Isto mostra que a chamada “revolução” era um jogo de pessoas e interesses, do qual muitos se serviram para perseguições políticas e pessoais, levando aos órgãos de decisão informações falsas e mentirosas que frequentemente custaram o sacrifício de muita gente.

Como os fatos humanos são inevitáveis, festejou o fim do conflito, porque via perspectivas de melhora na vida dos povos.

Ele sempre dizia que o homem tem que ter esperança, para que possa viver.

A advocacia em Ubá durou pouco: 1939 a 1941. Gostava da convivência com seus concidadãos, muitos eram velhos amigos de sua família. Contava casos engraçados vividos como advogado atuante, onde o folclore amontoa fatos que nunca são esquecidos.

Idealista e estudioso, já naquele tempo lia muito além das necessidades de advogado. Cedo percebeu que o desenvolvimento de sua vida pedia-lhe horizontes maiores. Contava com ironia que o fato motivador dos planos de mudar da cidade foi quando começou a fazer discurso em enterro de personagens ilustres da terra, a fim de ganhar o patrocínio do inventário... Era esta a velha praxe que tinha de ser seguida.

Viu que a hora havia soado. Estava no momento de partir. Veio para BH, tornou-se jornalista e atuou em diversos órgãos: redator da Folha de Minas, da Rádio Inconfidência, da revista Produção e do Diário do Comércio, como cujo diretor manteve amizade por toda a vida.

Aproximou-se da política, que era uma de suas vocações, pois poderia ter em mãos os instrumentos de que necessitava para melhor servir ao povo, como sempre falava.

Foi chefe de gabinete da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais.

A vocação para o magistério, a mais alta e fecunda de sua vida, logo soprou em seu caminho. em razão do exercício de inúmeros cargos ligados à economia e finanças públicas, cuja realidade pretendia trazer para a sala de aula.

Fez concurso para a matéria na Faculdade de Direito da UFMG, numa tumultuada disputa à moda antiga, que não era apenas técnica, mas também ideológica e sujeita a influências políticas.

Em sua tese, Ensaio de conceituação jurídica do preço, fez uma análise abrangente e completa do instituto, superando a noção de preço apenas como valor de venda, como era entre os romanos: **res tantivalet quanti vendi.**

Entrou na discussão medieval do preço justo, a **mercatura honesta** que se pregou em Florença até chegar aos tempos modernos da sua determinação segundo a lei da oferta e da procura, temperada por considerações éticas que transcendem as econômicas.

Já nesta tese propunha a criação do Direito Econômico que teria como objeto a política econômica constitucionalmente adotada, objeto que não mais coincidia com a Economia Política até então estudada.

O candidato indicado para a cátedra, Oscar Correia, por ser político e mais tarde ministro do STF, nunca a assumiu. Então o professor Washington Albino tornou-se catedrático interino.

Continuou no exercício paralelo de alguns cargos e funções públicas, em razão de frequentes convites que lhe eram feitos. A esta altura era um homem conhecido por sua cultura econômica e por soluções inéditas e inteligentes que propunha para tornar o serviço público mais eficiente e funcional.

Estes cargos foram, dentre outros: Diretor do Departamento da Fazenda da Prefeitura de BH, na gestão de Américo Renné Gianette. Tornou-se então conhecido como administrador que pensava e executava. Depois, Coordenador do Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais e membro do Conselho de Administração da Frimisa.

Foi para a França e especializou-se em planejamento econômico na Universidade de Paris. Na volta colaborou com vários órgãos do governo de Minas Gerais: Consultor de Política Econômica e Consultor Jurídico do Escritório Técnico de Racionalização Administrativa, que foi sucedido pela Prodemge.

Por falta de vocação, não quis se aprofundar na política. Rejeitou concorrer a cargos eletivos, para deputado federal ou estadual. Seria plenamente possível sua eleição, pois contava com amplo relacionamento no governo, em razão do trabalho prestado a diferentes órgãos e e pessoas.

Faltava-lhe a vocação e a paciência de lidar diretamente com o povo. Não havia espaço em seu caráter, de formação

rigidamente correta e nada flexível, para o “jeitinho” que todo político tem que ter para ser eleito e manter-se nesta condição.

Torna-se professor titular de Economia Política para a graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da UFMG em 1968 e passa a dedicar-se com exclusividade à Universidade, aos estudos metódicos e produtivos que a ciência do Direito exige de seus cultores.

Daí para a frente, rejeitou todos os convites que frequentemente lhe eram feitos. Canalizou sua imensa experiência em diferentes setores da atividade humana para a produção intelectual e o ensino.

Sempre teve na Faculdade uma sala individual, pois já naquela época trabalhava em jornada integral e dedicação exclusiva. Ali permanecia o dia inteiro, dedicando-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa. Sua produção intelectual já era intensa, mas diversa. Escreveu sobre diferentes temas, por exigência dos cargos e funções públicas que exercera. Mas, agora, fechado ao mundo externo, produzia exclusivamente para a teoria, sistematizando a experiência que acumulara.

É claro que esta «teoria» que cultivava era sempre voltada às incidências empíricas e práticas do Direito, que não existe sem a vida que lhe dá conteúdo, assim como o movimento não existe sem a força que lhe imprime o deslocamento, ou como a palavra que, sem significado, é apenas um som sem sentido.

Lembre-se a conhecida passagem de Jhering de que não existe um teórico sem sólidos fundamentos práticos, nem um prático sem sólidos conhecimentos teóricos. Prática e teoria são antes de tudo método do que propriamente divisão estanque das ciências.

Todo conhecimento humano se destina ao mundo exterior, à práxis da existência, ao mundo concreto em que pretende atuar e agir.

Mas o cultor da ciência, qualquer que seja, pode dedicar-se à sua aplicação prática, lidando com o conhecimento voltado para

a realidade, como pode também dedicar-se a lidar cientificamente com os dados que obtém na prática e refletir sobre eles, ampliando sua aplicação e verificando as possibilidades de sua ocorrência. Assim é o médico no consultório, o cientista no laboratório e jurista, nos tribunais ou nas bibliotecas.

São duas faces integrativas da mesma realidade.

Nenhuma ciência vive sem a prática e a teoria. Não há necessidade de fazermos a indução de todos os dados acumulados, para chegarmos a um ponto superior. Podemos, ao contrário, já deduzir muitos fatos e realidades, partindo do estágio existente, sem necessidade de sua prévia comprovação na prática, que pode ser substituída até um certo ponto por cálculos, projeções e previsões. Depois é que serão testados.

É claro que, em algum momento, retornaremos à prática, quando não for mais possível deduzir sem experiência. Então teremos que levantar novas hipóteses e comprová-las com dados empíricos para que se tornem comprováveis. Ciência não lida com palpites, mas com realidades demonstráveis.

Com a Ciência do Direito é a mesma coisa. Muitos pensam que o cultor verdadeiro do Direito é o juiz ou o advogado que, na vida prática, resolve os casos que lhe são submetidos.

Porém quem lhes dá a medida destes casos, através de leis justas e boas, é o teórico que busca no direito comparado, na filosofia jurídica, na sociologia e na teoria geral do direito o subsídio para a boa lei, ou seja, a lei que, decidindo os casos concretos, é capaz de fazer justiça, restabelecendo a paz social com a solução adequada do conflito.

Washington Albino provou tudo isto com sua conduta numa época em que o Direito só era compreendido como prática forense. Por isto, foi por vezes criticado em razão de sua dedicação exclusiva e “alheamento à vida.”

Hoje vemos que ele foi mais uma vez um precursor. Provou com sua conduta que o jurista também compartilha da divisão que toda e qualquer ciência exige de seus cultores: a prática com seus problemas concretos e a teoria com suas reflexões abstratas.

Mas o abstrato sempre se evolui do concreto e este sempre se perfaz com o abstrato.

Com este exemplo, abriu-se o caminho para o tempo integral e para a dedicação exclusiva na Faculdade de Direito e nas ciências do espírito em geral.

Hoje, grande parte dos professores, principalmente na área da Filosofia do Direito, têm dedicação exclusiva. Consagram-se aos estudos, por isto produzem mais e enriquecem a ciência.

É certa a política da Universidade de exigir dedicação exclusiva nos concursos que hoje se abrem para preenchimentos de vagas. O chamado «professor e», ou seja, professor” e” mais alguma coisa exercida fora da universidade é um mal. Retira-lhe o tempo necessário para a produção científica e, muitas vezes, também lhe compromete a independência, que é uma virtude inerente e inseparável do professor universitário, um poderoso formador de opinião.

E só pode ter opinião isenta quem não está comprometido previamente com nada. Como pode um professor, que também é advogado militante ou juiz, criticar a magistratura, propor a extinção de tribunais, enfrentar corporativismos que existem em todas as categorias? O juiz seria prejudicado nas promoções e o advogado, em sua atividade forense.

Do mesmo modo que admitimos o corporativismo como fator existente em todas as categorias profissionais e econômicas, temos que admitir também quem o critique, para que se estabeleça o justo meio e o equilíbrio desejável. Esta função é, em todas as culturas modernas, função da Universidade através de seus professores.

Mas, para que possam exercê-la, é preciso que a Universidade pague bem a seus professores, a fim de que se dediquem exclusivamente e tenham vida tranquila, sem as naturais premissas econômicas que os obrigam a buscar em outras fontes de complementação a renda que lhes falta.

Meu contato com o prof. Washington Albino começou em 1960, quando entrei para a Faculdade de Direito.

No primeiro ano (não havia ainda a divisão em semestres), tive a sorte de conviver com grandes mestres: Raul Machado Horta, Edgar de Godoi da Matta-Machado e Afonso Lajes, professor de Direito Romano. Graças a eles despertou-se em mim a vocação para os estudos jurídicos.

Com o prof. Edgar tive a matéria Introdução ao Estudo do Direito. Aprendi as primeiras e sólidas noções sobre filosofia e teoria do Direito, enquanto ciência. Seu manual, Elementos de Teoria Geral do Direito, até hoje está em evidência, mostrando que as ideias boas nunca envelhecem.

Com Raul Machado Horta aprendi o método e o sistema da boa aula. A organização necessária das ideias, a sequência lógica do pensamento.

Como a TGE, que ele lecionava, é matéria básica, como a Introdução ao Direito, para se compreender o mecanismo e o funcionamento do Direito Público, aprendi muito com o professor e adquiri intimidade com temas, tão importantes para a formação de um jurista.

Com o prof. Afonso Lajes, passei a admirar o Direito Romano, como fonte de todo o direito do ocidente.

Como estudara muito latim no curso básico, que era uma de minhas matérias preferidas, pude levar a fundo o que aprendi em sala de aula, estudando nas fontes, em língua latina, o Corpus Juris Civilis e alguns excertos dos juristas romanos. Não faltou também por curiosidade, a leitura dos clássicos latinos que agora continuo em razão do tempo mais maleável de que disponho.

Mas um professor chamou-me a atenção em especial. Entrou na sala um homem com passos firmes, voz decidida, falando alto. Começou a aula, demonstrando muito entusiasmo com o que expunha e ensinava. Tinha na época menos de 50 anos. Era o professor Washington Albino.

Indicou a bibliografia. Deveríamos começar com a leitura do clássico economista francês Henri Guiton. Depois, indicaria os complementos com o desenvolvimento do curso.

A aula impressionou-me profundamente. O método, a clareza, a erudição e a proximidade com os alunos depois da exposição eram suas características inconfundíveis.

As aulas, basicamente de Economia Política, eram de fato muito mais. Sempre que o assunto permitia e o problema exigia, o professor partia sem nenhum atropelo para o Direito Econômico, cujas sementes já estavam lançadas em seu espírito e que mais tarde seriam sedimentadas no clássico Primeiras Linhas de Direito Econômico publicado pela Saraiva, obra que selou a introdução do Direito Econômico no Brasil, como disciplina jurídica independente.

Mas não era só. Passava também com facilidade para os problemas atuais e, muitas vezes, terminava o percurso de seu raciocínio Filosofia do Direito, cujos temas lhe eram familiares e de conhecimento aprofundado.

Era, portanto, um professor completo e não apenas um expositor. Em vez de limitar-se aos círculos, necessariamente restritos de uma especialidade, ampliou seus conhecimentos, exatamente para entender melhor a especialidade.

Fez exatamente o contrário do que normalmente se faz: estendeu seus estudos, antes de chegar na especialidade em vez de começar por ela para depois ampliar.

É muito mais lógico conhecer o todo e depois a parte, do que o contrário, subir da parte para o todo. Aqui o caminho pode ter desvios e a visão integral da ciência ficar comprometida.

Procurei-me aproximar do mestre. Visitei-o em sua sala. A conversa, naturalmente reservada de todo começo, aprofundou-se com o tempo e veio solidificar-se definitivamente nas aulas da pós-graduação, que concluí em 1976.

Numa época em que havia poucos alunos e a pós-graduação ainda não despertava grande interesse, o ambiente facilitava o contato com os professores. Saíamos para encontros frequentes aos quais não faltavam um bom vinho ou uma cerveja gelada.

Suas aulas eram, como na graduação, dinâmicas, inteligentes, inquiridoras e instigantes. Os problemas de toda ordem surgiam e eram enfrentados. Tinha sempre uma ideia nova, o ponto de vista interessante para todas as questões. Lidava quase sempre com o novo, sem deixar de fazer ligações com o passado.

Como todos os problemas jurídicos têm um fundo econômico e como Washington Albino era um professor polivalente, as aulas se tornaram soberbas, exatamente porque eram discutidas em várias dimensões.

Gostava de lembrar sempre que não devíamos esquecer de um fato importante : a economia está sempre seguida do adjetivo “política”. Isto significa que não é ciência exata. Não tem a precisão dos cálculos e dos números. Suas medidas e prescrições submetem-se a um critério político, ou seja, a um critério de escolha da opção mais viável e adequada para o momento.

Porém, como acontece nas ciências do espírito, não há um critério absoluto para a escolha da opção certa. Tudo está sempre sujeito a avaliações, estudos, pesquisas e ainda assim a uma certa alea ou sorte que pesará sobre a decisão.

Mas é exatamente nesta incerteza que reside a beleza das ciências humanas.

Com isto compreendíamos por que as crises econômicas do Brasil ou de qualquer outro país não são resolvidas por medidas imediatas e diretas. Tudo depende de um amplo conjunto de fatores, que cujos resultados estão sempre sujeitos a acertos e erros. Ninguém detém nas mãos a chave da exatidão para resolver questões sociais.

Neste jogo de incerteza, Washington Albino punha em campo sua inteligência e sua sólida base cultural. Discutia os temas com largueza e proficiência. Aprendíamos com ele a ter visão global e relativa e a sentir a dificuldade das soluções das ciências humanas ou do espírito (*Geisteswissenschaft* como dizem os alemães). Isto sem perder a coragem da opinião própria e da opção pessoal.

Este período de aulas na pós-graduação e de preparação da tese foram decisivos na minha formação cultural.

Quando em 1972, fiz concurso e tomei posse como professor, a amizade intensificou-se em razão da convivência. Os encontros eram mais frequentes e as discussões, mais constantes.

Quando me preparava para o concurso de professor titular, Washington Albino ajudou-me decididamente.

Em primeiro lugar, com a abertura do concurso junto à Universidade. Era meu propósito chegar ao topo da carreira. Para este fim, fui para a Alemanha pela segunda vez buscar subsídios para a tese, como já fizera para o doutorado.

O tema era cogestão no estabelecimento e na empresa, um assunto apaixonante naquele tempo e que até hoje não perdeu a atualidade. Fiquei com a pesquisa em aberto vários anos. O concurso não se realizava porque a vaga não se abria, embora já estivesse preparado para concorrer com pouco mais de 30 anos.

Quando Washington Albino elegeu-se diretor (1986-1990), empenhou-se junto à reitoria da universidade para que o concurso fosse aberto. Havia voltado à Alemanha várias vezes, em curta permanência, para atualizar o tema pois, nos dias atuais, tudo flui com muita rapidez e o que pesquisamos no mês atual já se torna superado no mês seguinte. A base fica mas os detalhes mudam. E ambos são importantes num trabalho científico.

Em 1991, fiz o concurso. Defini a carreira e pude então dedicar-me a dar aulas e escrever livros, dividindo o tempo entre a magistratura e a atividade docente, sem outras preocupações.

Na diretoria da Faculdade, o professor fez uma excelente gestão. Dividiu a Faculdade em várias áreas administrativas de importância e estabeleceu nelas a cogestão tripartite, através da participação de um aluno, um servidor e um professor.

Eu mesmo integrei a cogestão da biblioteca. Conversei muito com os alunos. Ouvi queixas críticas. Procurei resolver o que pude. Trabalhei com a mais pura intenção de ajudar, o que é o pressuposto de qualquer trabalho honesto.

Demos grande ênfase à compra de livros, o que de fato ocorreu, através de verbas da Universidade. Tive a sorte de contar com bons servidores e alunos. A cogestão funcionou.

Washington Albino dedicava-se integralmente à Faculdade. Acompanha de perto o dia-a-dia. Sabia de tudo que acontecia. Procurava dar soluções aos problemas, até onde tinha competência e verba.

A atividade intelectual foi incrementada e a Faculdade passou a ser um centro de realizações culturais. Lembro-me de que, numa noite, cheguei a presenciar três eventos, possibilitando a participação dos alunos e professores em diferentes áreas do saber jurídico. Uma novidade alvissareira, indicativa do que se entende por universidade.

Depois de muito esforço, conseguiu erguer definitivamente o prédio novo. Foi uma luta extenuante. As verbas eram sempre insuficientes, mas ele procurava ex-alunos que exerciam cargos na administração pública e punha-os a trabalhar para conseguir dinheiro.

O objetivo foi atingido e hoje a Faculdade não funcionaria se o prédio novo não estivesse pronto.

Desenvolveu também a biblioteca, comprando muitos livros, ouvindo-se os professores de cada disciplina.

A ajuda do professor para a redação e preparo de minha tese de professor titular foi importante e significativa. Ajudou-me a ver o tema do ponto de vista econômico, fugindo da rotina e da abstração jurídicas. Muitos aspectos novos me foram despertados, o que aumentou a qualidade jurídica do trabalho.

A análise econômica do Direito, que viria a tornar-se moda no pensamento de Richard Posner, já se adiantara em seu pensamento precursor e criativo.

Seu currículo é imenso. Ocuparia muitas páginas desta revista, se fôssemos transcrevê-lo integralmente. Sobraria pouco espaço para nós outros. Vou falar rapidamente sobre a bibliografia, a parte mais importante de qualquer professor universitário.

Além das Primeiras Linhas de Direito Econômico, da Saraiva, que ele reduziu a uma versão resumida num livro menos denso mas sem sacrifício da qualidade intelectual, publicado pela editora LTr. Alcançou com rapidez a 6ª edição. É sucesso de vendas até hoje.

Seus discípulos, especializados na disciplina, vão naturalmente atualizar a obra para que siga seu caminho de êxito e sucesso científico.

Depois, vieram uma série de publicações, que iam documentando o pensamento do mestre em face dos novos e variados problemas de nossa vida política e econômica. Cite-se o precioso Estudos de Direito Econômico, publicado pelo Movimento Editorial da FD da UFMG, em que temas tratados precursoramente em 1995 são hoje atuais e constituem a preocupação de juristas e economistas.

Pela editora Sérgio Fabris vieram as Lições de Direito Econômico em que muitos temas, já anteriormente versados ou resumidos, agora se dão a conhecer em forma plena: reflexões sobre a correlação economia-direito; consequências jurídicas de uma teoria dos lucros; repressão ao abuso do poder econômico e direitos humanos(artigo conhecidíssimo e frequentemente citado); considerações a respeito do CDC; teoria do contrato e o direito econômico; direito econômico do planejamento (outro artigo frequentemente referido por diversos autores), direito econômico e o fenômeno urbano atual; uso e abuso do poder econômico e por último, emprego, desemprego, recessão e reemprego e direitos econômicos, artigo que interessa diretamente aos estudiosos do Direito do Trabalho.

Juntamente com professor Giovani Clark, outro grande amigo do professor, publicou pela LTr Direito Econômico e a ação estatal na pós-modernidade, onde novos e vibrantes temas são versados por autores competentes.

Pela Del Rey publicou o denso e erudito livro Teoria da Constituição Econômica, com 529 páginas tratando com

profundidade detemas ligados aos aspectos econômicos da Constituição.

Para reunir publicações esparsas e facilitar o acesso a seu pensamento, o Movimento Editorial da Faculdade de Direito publicou os Estudos de Direito Econômico, que chegou a quase 500 páginas.

Tudo isto é apenas um partícula do que já foi lançado por Washington Albino e está longe de mostrar sua notória produção intelectual, que tanta influência exerceu e exerce no Direito brasileiro como um todo.

Para finalizar esta pequena amostra, cito o livro Equilíbrio Econômico, publicado em 1952 pela Faculdade de Direito. Os autores foram todos os 159 alunos do bacharelado de 1952, o que demonstra sua vocação didática de não só expor mas também de trabalhar com os alunos, integrando-os no pensamento construtivo da matéria.

Esta tendência seria uma constante em toda sua vida de professor e intelectual.

Para dar conta de toda esta intensa e incansável produção intelectual, Washington Albino dedicava-se com afinco ao trabalho. Todos os dias da semana e todas as horas do dia.

Nunca cheguei à sua casa, que não tivesse sentado na ampla mesa, que cobria metade do salão superior, onde ficam seu quarto de dormir e a biblioteca. A primeira coisa que fazia era examinar os livros e perguntar-lhe sobre o tema da atual pesquisa.

Seus olhos iluminavam-se e começava a falar sobre o que escrevia. Mostrava-me tudo com a clareza que lhe era peculiar quando conversava. Inteirava-me do tema e o assunto rendia por várias horas, intercaladas por alguma guloseima que sua fiel e dedicada secretária doméstica Anézia preparava.

Seu único lazer era assistir a algum filme ou teatro, quando então eu o apanha e trazia de volta, já que nos últimos tempos não mais dirigia. Também com sua secretária Anézia, ia aos restaurantes de sua preferência e feiras.

Só um motivo quebrava sua rotina prussiana : pelo menos duas vezes por mês, viajava para Ubá, onde possuía uma pequena propriedade rural, próxima à cidade. O nome era sugestivo e poético: Fazenda da Solidão.

De fato, ali passou grande parte de sua vida, sozinho, escrevendo e descansando. Era a maior distração que lhe fazia uma espécie de descarrego espiritual , aliviando-o dos encargos intelectuais que, como todos sabemos, pesam muito no espírito. Muitas vezes deixam resíduos dos quais precisamos nos livrar com algum tipo de lobby ou atividade leve em que se usa mais as mãos e o corpo e menos o intelecto já cansado.

Criava o gadogír. Tinha um plantel conhecido, não obstante morar distante da fazenda e relegar tudo a empregos que nem sempre zelavam pelos cruzamentos adequados e preservação do plantel.

Teve bois conhecidos como Brucutu e Orfeu, espécimes puros da raça, que eram um dos deleites de sua vida atribulada.

O último de sua estirpe foi o reprodutor Cajueiro, de raça apurada. Ficava numa baixada perto da casa, ao lado da estrada. Quando chegava, ele se aproximava da cerca à espera do milho, sal ou outra espécie de alimento, que o professor sempre trazia no carro para este fim.

Esta cena ele gostava de narrar com orgulho e a repetia sempre quando Cajueiro, velho amigo, vinha saudá-lo na chegada.

Ceará era um boi de carro que vivia na fazenda desde o nascimento. Com a velhice, perdeu a força de puxar o velho carro, mas foi mantido no pasto até a morte com o melhor tratamento possível.

Era feliz com seu mundo e as coisas simples o bastavam. Lembro-me aqui mais uma vez da sabedoria romana

Felix est non aliisquidetur, sed sibi- Feliz não é aquele que assim parece aos outros, mas a si próprio.

Seu grande pesar, quando não mais podia viajar, era não reviver mais esta cena. Sempre programávamos uma viagem para matar esta saudade, que nunca se realizava em virtude da precariedade de sua saúde. E assim foi adiada até que Cajueiro e Ceará, um dia, morreram.

Na mata da Solidão, pequena masfechada e densa, não se cortava a nenhum pretexto nenhuma árvore. A madeira para as cercas e outras utilidades era comprada. Esta advertência, ele sempre repetia aos empregados.

Tolerava tudo, não gostava de dispensar seus trabalhadores, exceto quando uma árvores era cortada ou a natureza era prejudicada.

No pomar havia árvores frutíferas seculares. Gostava de sentar ali para um repouso solitário, recebendo a energia telúrica da natureza e ouvindo os pássaros, como gostava de dizer.

A Solidão agora está na posse de um neto. Não se sabe o fim que terá. Muito mais do que um retrato na parede, é uma lembrança viva de um homem bom, que amava a natureza, seus animais, a vida simples de quem ansiava por chegar e ver o velho Cajueiro, na beira da cerca, esperando por ele.

Tudo passa e busco consolo em Ovídio, *Epistulae* Ponto, liv.IV, epístula VIII:

Tabidaconsumitferrumlapidemque vetustas. (O tempo demolidor consome o ferro e a pedra).

Se o ferro e as pedras não resistem ao tempo, que será de nossa frágil existência nesta viagem passageira sobre a terra?

A vida privada de Washington Albino foi atribulada e infeliz. Desfez o casamento muito cedo e não teve mais nenhuma companheira definitiva. Não quis estabelecer vínculos permanentes com mais ninguém. Cultivava sua vida isolada e sabia conviver com ela.

A ida do filho para São Paulo para seguir a carreira acadêmica e o divórcio que aconteceu cedo foram fatores que convergiram para sua vida isolada com poucos amigos e quase nenhuma convivência social.

Aqueles que, como eu e minha família, tivemos a oportunidade de conhecê-lo de perto, pudemos constatar a grandeza de sua pessoa, não só como jurista, mas como gente e homem de grande caráter e inflexível conduta ética. Era padrinho de meu filho e este fato estreitava ainda mais a convivência duradoura.

Seu filho Antônio Albino foi um grande matemático, professor da USP e do ITA. Deu aulas em universidades canadenses e americanas. Morava em São Paulo, mas visitava a BH com alguma frequência, quando as atividades privadas e acadêmicas permitiam.

Entretanto morreu precocemente antes do pai,, causando-lhe mais esta involuntária tristeza. Lembro-me de que, na tarde da morte, Rosali Ramos Diniz, servidora de nossa Faculdade e outra fiel e leal amiga do professor, telefonou-me para darmos a notícia.

Dirigi-me imediatamente a sua casa. Encontrei-o sentado em uma cadeira, na parte inferior, com os olhos em lágrimas, que corriam discretamente em sua face. Disse serenamente, com a sabedoria de quem sabe resignar-se: perdi meu único filho. Resta-me agora a amizade de pessoas como vocês.

Lembrei-me na hora da atitude estoica e sábia do imperador Marco Aurélio. Corre uma lenda de que, quando nas margens geladas do Danúbio, lutava contra os bárbaros, anunciaram-lhe a morte de um filho. Respondeu serenamente ao mensageiro: sabia que ele não era eterno.

Este fato marcou a decadência do professor. A partir daí a memória começou a fraquejar. Além da morte do filho e outros graves problemas familiares vieram a seu encontro. O corpo já envelhecido sentiu com mais força o passar do tempo .

Porém a impressionante resistência parecia inabalável. Se para o cotidiano a memória se debilitara, continuava firme e forte para as questões do espírito. Aqui tudo permaneceu íntegro até o último dia de vida.

Sabedor deste fato, levava-lhe temas diários da imprensa e os assuntos que eram objeto de minhas reflexões e ele, como de sempre, dava-me uma aula como nos velhos tempos, independente do conteúdo. Sua impressionante cultura habilitava-o a falar sobre tudo.

Seu cérebro era uma usina constante. Cerca de dois meses antes de sua morte, cobrara de mim o professor de grego clássico, cujo estudo queria começar. E ainda fala em acrescentar alguma coisa de gramática latina para complementar. É na velhice que estes assuntos fazem sentido, dizia em tom sério e em voz firme pois agora temos tempo de estudar.

Achei pesada demais a nova tarefa e tive que me desculpar pelo atraso. Disse-lhe que o professor de grego fora aperfeiçoar-se em Portugal. Quando voltasse, começaríamos os estudos. Infelizmente, tivemos que adiá-los para sempre.

O professor amava conversar e discutir com propósitos científicos. Lembro-me de uma fato que gostávamos de recordar sempre.

Quando seu filho Antônio, um homem como o pai, culto e com muita experiência de vida, vinha de São Paulo para passar alguns dias com ele, nossas conversas, agora animadas por três opiniões, eram mais intensas e renhidas.

Era comum, antes do almoço em minha casa, fazermos uma longa caminhada aos domingos na qual, além das amenidades, não faltavam conversas sobre temas jurídicos e filosóficos. Andávamos por um resto de mata que havia por perto, no bairro Trevo, hoje infelizmente destruída e ocupada por casas e ruas.

Como estava prestes a concluir a tese para o concurso de professor titular, a cogestão veio então à baila. Cada qual tinha uma opinião.

Antônio Albino achava que a cogestão, na sua forma forte - cogestão na empresa - equivaleria a uma forma de desapropriação, pois retirava do proprietário ou do acionário

o direito de conduzir a atividade empresarial. O empregado participaria da gestão, mas não dos prejuízos, caso seu comando fosse ineficiente e errado.

Eu defendia a tese contrária. A cogestão não era uma ditadura ou desapropriação. O empregado fazia parte da direção da empresa, mas não se transformava em dono, mas em coadministrador. Se houvesse insucesso, era da empresa e não dele. Em caso de empate, no conselho diretor, o empregador tinha o voto minerva ou desempatador.

O professor ficava no meio termo. A cogestão deveria haver. Era um forma de democratização da empresa. Mas a mentalidade do empregado deveria mudar. Em vez da postura opositiva deveria assumir a postura cooperativa, já que a empresa era dele também, neste sentido. A cogestão é uma forma de aproximação e não de separação.

A discussão ia por aí, quando por nós passa um outro grupo, que se impressionou com a disputa em voz alta, além do normal.

Um deles tomou-me e pelo braço e perguntou: o que vocês discutem com tanta veemência? É um problema familiar, divisão de herança?

Expliquei-lhe rapidamente a temática e indaguei: quer tomar parte? Ele, surpreso, respondeu-me: o assunto é difícil demais para leigo como eu. Prefiro continuar a caminhada, conversando sobre coisas mais fáceis.

Estes momentos infelizmente nunca mais poderão ser revividos, a não ser em relatos como este que agora faço, com receio de que se sepultem no mar imóvel dos fatos passados, onde vão sendo colocados pedaços da vida de cada um de nós.

Washington Albino tinha também seu lado estético. Não era poeta. Não fez versos, mas fez da vida uma poesia. O barroco mineiro era uma de suas paixões. Escreveu livro muito conhecido e citado sobre o tema: Minas do ouro e do barroco – as raízes históricas da cultura mineira.

Adverte logo no início do livro que seu propósito é conhecer a “cidade em si”, ou seja, o somatório de chão, gente e cultura, pretendendo explicar a formação de uma consciência mineira por suas vilas e cidades.

Depois, vai até a polarização de Minas no mercantilismo do século XVIII, explicando, em âmbito universal, a relação das maiores nações da época em relação ao ouro de Minas que, segundo ele, foi o principal financiador da Revolução Industrial.

O trabalho rendeu-lhe a fama de um dos maiores conhecedores do barroco mineiro, não só do ponto de vista artístico, mas também econômico.

Explica o tema num alentado volume citado, de 248 páginas, associando história com o Direito Econômico, fazendo sínteses de explicação tão oportunas como as que já fizera entre o direito e a economia.

Confessou-me diversas vezes que não conseguiu ser um jurista sem antes ser um cultor de artes e historiador. O Direito, lembrava ele, tem profundas raízes históricas que se fincam em ambientes sócio-políticos e culturais.

Não se pode simplesmente arrancá-lo deste contexto e levá-lo para os códigos e leis. É preciso contextualizá-lo com a vida para que possa ser dela uma expressão autêntica, leal e verdadeira.

Para chegar a tão variadas áreas do conhecimento, Washington Albino tinha uma vasta biblioteca, não só de Direito, mas também de arte.

Certa vez, bem antes do abalo de sua saúde, conversamos sobre nossas bibliotecas. Ele não pretendia deixá-la para instituições, que só aproveitam a parte dos livros que lhe faltam, pois as faculdades, inclusive a nossa, não podem guardar livros ilimitadamente. Há carência de espaço físico e acabaria não sobrando lugar para os livros novos. É preciso selecionar o que falta e doar para outras instituições o que for repetido.

Porém o professor não queria que sua biblioteca se dispersasse após sua morte. Gostaria que alguém guardasse não

só os volumes modernos, mas todos os que durante sua vida lhe serviram nas constantes pesquisas e investigações científicas. Amava seu instrumento de trabalho. Os livros eram sua vida.

Então lhe propus um acordo: o que morresse primeira relegaria ao outro sua biblioteca. Ele aceitou a proposta, deu-me a mão em cumprimento e selamos o pacto.

A biblioteca dele coube a mim em razão de sua morte em primeiro lugar. Trouxe-a para minha casa, sob autorização da família e a coloquei em espaço amplo, onde abriguei todos os livros.

Grande parte deles se refere à economia política do século passado, sem grande interesse atual. Vale para pesquisadores. A parte moderna, minoritária, consta de livros de diferentes áreas, mas não são raridades. Referem-se ao tempo de sua advocacia em Ubá, com exceção de alguns que dizem respeito ao direito moderno. E também, é claro, muitos livros sobre arte e barroco mineiro.

Guardarei estes livros enquanto estiver vivo. Pretendo juntá-los aos meus e formar uma biblioteca de utilização pública, principalmente para alunos de pós-graduação, de universidades públicas e privadas. Mas para tão grande empreitada será necessário a ajuda do poder público, já que importa gastos e dinheiro que não estão ao alcance do patrimônio particular.

Assim, darei uma finalidade pública a estes livros que tanto lhe serviram ao longo de sua fecunda vida. E verei neles para sempre sua fecunda imagem de incansável trabalhador intelectual.

Os abalos e as deficiências começaram a ser notados a partir da morte de Antônio Albino, seu filho, como já foi mencionado.

Sua saúde férrea começou a ceder às investidas do tempo. Este é o destino de todos nós. Eu e mais uns poucos amigos, principalmente os membros da Fundação de Direito Econômico. dávamos-lhe assistência e conforto.

Mas temos que compreender que a vida moderna, cheia de exigências e compromissos, não permite que as pessoas se

afastem de seu cotidiano, pesado e tenso. Para evitar o isolamento, intensifiquei minhas visitas.

Tivemos que suspender nossos agradáveis encontros na Pizzaria Mangabeiras, onde nos assentávamos frequentemente, pelo menos uma vez por quinzena, para a conversa proveitosa, cheia de casos, discussões jurídicas, análises dos fatos atuais, que ele sabia tão bem explicar, principalmente com dados econômicos e jurídicos.

Alguns amigos, quando apareciam eram sempre bem vindos. A conversa então se expandia, tornando-se mais agradável ainda. As caminhadas na Pampulha tiveram também que ser suspensas, bem antes, pois sua saúde não mais autorizava o esforço aeróbico. Meu irmão, cardiologista, dava-lhe a cobertura médica neste e em outros aspectos de sua saúde já debilitada.

Tornei mais assíduas minhas visitas pois ele gostava de conversar e sentia-se feliz com a presença do amigo. Era o que podia oferecer-lhe.

Com o passar do tempo, as internações tornaram-se frequentes. A última, que antecedeu sua morte, deu-se no hospital Life Center.

Anézia, sua fiel coadjuvante, avisara-me do internamento. Visitei-o por diversas vezes, mas já estava inconsciente.

Tinha um compromisso com a OAB, num congresso na cidade de Araxá. Achei que houvesse tempo de fazer a conferência e retornar para prestar ao amigo enfermo a solidariedade necessária. Mas o destino não dá confiança para nossos planos nem muito menos para nossos desejos.

O falecimento ocorreu poucas horas antes de minha participação. Levei ao conhecimento dos meus colegas do auditório a infausta notícia. Quase todos foram seus alunos. Houve um minuto de silêncio, em que as palavras, sem serem pronunciadas, falaram alto as emoções de todos nós.

Qual o sentido da presença do prof. Washington Albino para mim, para a Faculdade de Direito e para o país?

Eu perdi um grande amigo, sempre presente em minha vida, que me deu o conselho exato na hora certa, possibilitando acertos em situações difíceis e duvidosas pelas quais todos temos que passar na vida.

Padrinho de meu filho, frequentador de minha casa, a ele devo o exemplo dos estudos sérios, da conduta correta e justa, da capacidade de lutar por um ideal, mesmo quando já desfalece no espírito a fraqueza das desesperanças.

A Faculdade perde seu modelo máximo de tudo de bom que tem hoje para todos nós: o horário integral aos estudos, o exemplo da renúncia do patrimônio para que a ciência possa crescer com isenção, a seriedade na sala de aula e fora dela. Enfim, tudo que compõe a postura de um professor e o exemplo de um grande homem.

O país perde uma referência e um exemplo do que a cada dia vai se tornando mais raro: postura, ética, caráter e dignidade. Ovídio dizia

Vix sunt homines hoc nomine digni: raris são os homens dignos deste nome. (*Tristium*, livro V, elegia V.)

Washington Albino era o exemplo de um homem digno deste nome.

Por tudo isto, me lembro sempre de sua pessoa, que revivo na longa convivência que marcou nossa amizade.

Esta homenagem que a Revista da Faculdade lhe presta é um belo gesto de justiça e grandeza. Uma retribuição que não poderia faltar ao que ele fez por ela. No dia em que os vivos se esquecerem de seus mortos, a humanidade perderá seu centro de referência.

Dos maus nos lembraremos para não seguir o exemplo. Dos bons, adotaremos o exemplo para que sirvam de direção para o bom caminho.

Hobsbawn disse na *Era dos Extremos* (SP. Companhia das Letras, 1995, p.13) que o ofício do historiador é lembrar o que os outros esqueceram.

Com as instituições é a mesma coisa: os que ficam têm a obrigação de lembrar os que já foram, principalmente quando continuam entre nós pelo que fizeram.

Mestre Washington é para mim uma saudade que não passa.

